

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol III / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-39-2

DOI 10.37572/EdArt_290621392

1. Ciências humanas. 2. Humanidades. Desenvolvimento Sustentável. I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, que están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Tercer Volumen, que tiene como eje temático **AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO**, la temática del ambiente, a través de estudios locales en búsqueda de un mejor aprovechamiento de recursos, que aporten a desarrollar energías y mantener beneficios naturales, hacen que las propuestas sustentables sean tratadas desde enfoques académicos como desde el gerenciamiento. Así las políticas agrícolas, la planificación territorial, se presentan bajo estudios históricos y actuales.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do planeta.

No Terceiro Volume, que tem como eixo temático MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO, o tema do meio ambiente, por meio de estudos locais em busca de um melhor aproveitamento dos recursos, que contribuam para o desenvolvimento de energias e manutenção dos benefícios naturais, fazem propostas sustentáveis são tratadas a partir de diferentes abordagens acadêmicas e gestão. Assim, as políticas agrícolas, de planejamento territorial, são apresentadas sob a forma de estudos históricos e atuais.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSFORMACIONES AGRARIAS Y NUEVOS PAISAJES RURALES EN EL MUNICIPIO DE YECLA (ESPAÑA)

[Francisco José Morales Yago](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213921

CAPÍTULO 2..... 18

EXTRACTIVISMO, FUERZAS PRODUCTIVAS Y REESTRUCTURACIÓN AGRARIA EN PARAGUAY

[Ramón Fogel](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213922

CAPÍTULO 3.....30

LA CUESTIÓN AGRARIA CUBANA ACIERTOS Y DESACIERTOS EN EL PERIODO DE 1975-2013: LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA

[Tatiana Wonsik Recompensa Joseph](#)

[Lázaro Camilo Recompensa Joseph](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213923

CAPÍTULO 4 57

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS

[Eliseo Zeballos Zeballos](#)

[Paquita Lourdes Velásquez Alarcón](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213924

CAPÍTULO 5..... 78

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

[Cristian Arnecke Schröder](#)

[Adrielli Santos de Santana](#)

[Carlos Eduardo Ribeiro Santos](#)

[Lessí Inês Farias Pinheiro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213925

CAPÍTULO 6 90

WIRIKUTA Y XOCHICALCO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS POR EL PATRIMONIO BIOCULTURAL

Coral Giseth García Haj
Armando Sánchez Albarrán

DOI 10.37572/EdArt_2906213926

CAPÍTULO 7 104

LA ORDENACIÓN TERRITORIAL Y LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA

María Rodríguez Gámez
Antonio Vázquez Pérez
Wilber Manuel Saltos Arauz
Guillermo Antonio Loor Castillo
Carlos Gustavo F. Villacreses Viteri

DOI 10.37572/EdArt_2906213927

CAPÍTULO 8 117

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA TERRITORIAL EN RELACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DE ROSARIO, ANÁLISIS TEÓRICO Y METODOLÓGICO

Elián Gabriel Babini

DOI 10.37572/EdArt_2906213928

CAPÍTULO 9 138

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SERGIPE

Elmer Nascimento Matos
Daniela Mércia Santos
Wesley Santos

DOI 10.37572/EdArt_2906213929

CAPÍTULO 10 158

MAR DEL PLATA: TRANSFORMACIONES EN SU GEOGRAFÍA URBANA A INICIOS DEL SIGLO XXI: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA, SEGURIDAD Y ESPACIO PÚBLICO

Alberto Roque Villavicencio

DOI 10.37572/EdArt_29062139210

CAPÍTULO 11..... 173

CORPO CAIÇARA E SUAS RAÍZES

[Bruno Tavares Magalhães Macedo](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139211

CAPÍTULO 12..... 189

PERSPECTIVA DE LA RELACIÓN TERRITORIAL Y DE LOS PROCESOS HISTÓRICOS.
¿QUÉ NOS NARRA LA EDUCACIÓN? LA VERDAD COMO ELEMENTO DE
LIBERACIÓN

[Yetko Alexander Sierra Maira](#)

[Ulises Mauricio Díaz Sánchez](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139212

CAPÍTULO 13..... 201

RIO SÃO FRANCISCO, AS ÁGUAS ENCANTADAS E O DESENCANTO COM A
TRANSPOSIÇÃO

[Loreley Gomes Garcia](#)

[Mayrinne Meira Wanderley](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139213

CAPÍTULO 14..... 217

ACTITUDES DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS HACIA EL MEDIO AMBIENTE.
UNA EXPERIENCIA INNOVADORA EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES

[Macarena Esteban Ibáñez](#)

[Luis Vicente Amador Muñoz](#)

[Francisco Mateos Claros](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139214

CAPÍTULO 15..... 228

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE
ORIENTE MEDIO

[Ignacio Álvarez-Ossorio](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139215

CAPÍTULO 16..... 241

LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR DESDE PROVINCIAS: PUENTE ALTO 1938-1941

[Reinaldo Hernández Catalán](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139216

CAPÍTULO 17 251

TENDIENDO PUENTES ENTRE DATACIÓN Y ARQUEOLOGÍA

[Christopher Duarte](#)

[Roberto Bracco Boksar](#)

[Ofelia Gutiérrez](#)

[Daniel Panario](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139217

CAPÍTULO 18..... 260

WORK DESIGN NA PERSPECTIVA DE GESTORES E NÃO-GESTORES: CARACTERÍSTICAS DA TAREFA

[Silvana Regina Ampessan Marcon](#)

[Líliá Aparecida Kanan](#)

[João Ignacio Pires Lucas](#)

[Magda Macedo Madalozzo](#)

[Sabrina Goettert Britto](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139218

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 282

ÍNDICE REMISSIVO 283

CAPÍTULO 4

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS¹

Data de submissão: 30/03/2021

Data de aceite: 19/04/2021

Eliseo Zeballos Zeballos²

<https://orcid.org/0000-0002-8003-9348>

Paquita Lourdes Velásquez Alarcón³

<https://orcid.org/0000-0001-9669-2440>

RESUMEN: El propósito del presente trabajo fue dar cuenta del proceso histórico de transformación y cambios en el sistema de tenencia, propiedad y usufructo de la tierra en las zonas altoandinas de Arequipa desde la conquista española hasta la actualidad. Al tratarse de un trabajo diacrónico multietápico, las fuentes de consulta se constituyeron de documentos institucionales de contenido histórico, informes de las organizaciones no gubernamentales que desarrollaron trabajo por más de dos décadas y otras que aún

¹ Ponencia presentada al XVIII Seminario Permanente de Investigación Agraria (SEPIA) en la ciudad de Puno.

² ezeballosz@unsa.edu.pe Sociólogo, docente principal de la Facultad de Ciencias Histórico Sociales de la Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, miembro del equipo de investigación del Proyecto: Coexistencia Equitativa de Agricultura, Minería y Desarrollo Regional del **INSTITUTO NEXUS, Convenio UNSA-PURDUE Indiana, EE.UU.** Arequipa: Realidades, Barreras y Oportunidades

³ lulavel55@yahoo.com Socióloga, docente principal de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Puno.

operan como en el caso de DESCOSUR. Información que dio cuenta de la historia pasada y presente; además, la práctica y contacto directo con esta realidad y el compartir con sus actores en eventos de distinta índole, resultaron insumos importantes que facilitaron la investigación. El resultado relevante se traduce en la explicación de los cambios del sistema de tenencia de la tierra, que acontecen desde las encomiendas y repartimientos pasando por las haciendas y que luego, por efectos de la reforma agraria, devienen en cooperativas para concluir todos como pequeños y medianos campesinos que usufructúan bajo un sistema donde se combina la propiedad privada, comunal con el condominio familiarista lo cual da por resultado una limitación para impulsar el desarrollo y la reconversión tecnológica.

PALABRAS CLAVES: Condominio. Propietarios. Estancieros.

FROM THE COMMITMENT TO THE CONDOMINIUMS: SOCIAL CHANGES IN LAND OWNERSHIP AND TENURE OF SOUTH AMERICAN CAMELID BREEDERS

ABSTRACT: The purpose of this paper is to account for the historical process of transformation and changes in the system of tenure, property and usufruct of the land in the high Andean areas of Arequipa since the Spanish conquest to the present. Due to

the characteristics of being a multi-stage diachronic work, the sources of consultation are institutional documents with historical content, other reports by non-governmental organizations that have developed work for more than 2 decades and others that continue to operate, such as DESCOSUR, which account for the past and present history. The practice, then direct contact with this reality and sharing with its actors in different types of events, resulted in the important input that facilitated us to give shape to this document. The relevant result is translated into the explanation of the changes in the system of land tenure that come from the parcels and distributions, passing through the estates, that later because of the agrarian reforms end up as cooperatives and to conclude all as small and medium peasants who benefit under a system where private and communal property is combined with the family condominium that leads to a limitation to promote the development and technological reconversion.

KEYWORDS: Tenancy. Owners. Condominium. Ranchers.

1 INTRODUCCIÓN

La sociedad alto andina, dedicada a la crianza de camélidos sudamericanos (alpacas, llamas, vicuñas y guanacos), es la que ha logrado conquistar los ecosistemas más fríos y variados de la puna alta que se encuentran por encima de los 3 400 m s.n.m. donde no es posible la agricultura, pero sí el sistema de praderas y pastos naturales aptos y palatables para los camélidos sudamericanos que poseen una de las fibras de calidad más requeridas y cotizadas, fundamentalmente, en el mercado internacional. Según el Censo agropecuario del año 2012, se registran la existencia de 3 685 516 alpacas, 741 936 llamas y 237 238 vicuñas Actualmente, son aproximadamente 145 000 familias campesinas del Perú, Bolivia, Ecuador, Chile y Argentina las que dependen directamente de la crianza y si se agrega a las que forman la cadena del proceso de transformación y comercialización de fibra, carne, pieles, etc. se calcula que más de 300 000 familias se dedican y viven de la economía campesina alpaquera.

El Perú es el país con la mayor producción de camélidos 61.16% de la producción total, más de las dos terceras partes se encuentran en los Andes del Sur del Perú, particularmente en los departamentos de Puno, Cuzco, Arequipa, Ayacucho y Huancavelica. Arequipa registra el 10.5 % de la producción nacional de alpacas y llamas, y son cerca de 5 000 familias que están ligadas a este sistema de producción, concentrándose cerca del 70% en la provincia de Caylloma, el resto se ubica en las zonas altas de las provincias de Arequipa, Castilla, Condesuyos y La Unión, Zeballos E, (2009).

Se trata de un ecosistema que sostiene a una población humana que extrae del medio ambiente los recursos que le permiten subsistir a través del cuidado y/o pastoreo de los rebaños que ha domesticado, propicio para a crianza de llamas y alpacas (Flores, O. 1977. 33). Son campesinos de comunidades, parcialidades o localidades; una economía

familiar en la condición de pequeños y medianos propietarios que han devenido de la herencia comunitaria, de la gran hacienda y del gamonalismo que tuvo predominio en Puno y Cuzco y con menor incidencia en Arequipa (Caylloma y Condesuyos). Las formas de propiedad y usufructo han sufrido transformaciones significativas desde la confrontación de la comunidad campesina con la hacienda pasando por el Sistema Reformado de las Cooperativas en 1969, Sociedades Agrícolas de Interés Social (SAIS), Empresas de Propiedad Social (EPS), la restructuración del mismo con la tendencia a parcelar y formar empresas comunales, o un sistema asociativo pro empresarial para devenir en pequeños propietarios o familias en la situación de condominio familiar con consecuencias significativas en el sistema de producción y las condiciones sociales de vida de estos campesinos. Por lo que, se pretende dar cuenta de esos cambios en la propiedad y las formas sociales de producción, Gómez, J. (1976).

2 MATERIALES Y MÉTODOS

Al tratarse de un estudio diacrónico, se ha configurado de manera progresiva ya que, más allá del dato directo producto de la práctica social permanente, era necesaria la revisión de literatura diversa y pertinente del caso. Las principales fuentes, para plantear el contenido de este artículo, han sido documentos y fuentes de carácter histórico como los trabajos del padre Barriga (1939), Pease (1977), Neira (1961), y Málaga (1981), que refieren la historia de los collaguas; asimismo, los trabajos de Manrique (1985) referidos al colonialismo y la pobreza de Caylloma; así como también, la tesis e informes de Gómez (1976) y de Salas (1989). Además, los informes de las organizaciones no gubernamentales (ONG) tales como el Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCOSUR, 1994, 2001, 2016), que ha desarrollado actividades de apoyo al desarrollo de la cuenca del Colca y de manera particular a los criadores de camélidos, y de Acción Social para el Desarrollo (ASDE, 1990). Organizaciones que además de informes, sistematizaciones y publicaciones, permitieron al equipo de investigadores participar de manera directa en la elaboración de diagnósticos, base de sus proyectos y acciones de promoción social, a través de la capacitación de promotores de salud (ASDE, 1993) y de los planteleros (DESCO, 2001) además de trabajo directo con los campesinos y criadores de camélidos de Pusa Pusa, donde se construirá la Represa de Angostura, para la implementación de la segunda fase del Proyecto Especial Majes-Siguas.

Los trabajos y publicaciones del Proyecto CECI-CEDCAP y PAL-COTESU (1990) sobre la problemática y perspectivas del desarrollo del sector alpaquero, los aportes de Claverías, Leyva, Jerí. Fue de vital importancia la participación en los eventos de las

organizaciones sociales de base de los criadores alpaqueros y de su gremio principal, la Asociación de Criadores Alpaqueros de Arequipa (ADECAL) que desde hace más de dos décadas juega un rol importante en el proceso de asociación para la transformación y comercialización de la fibra de alpaca, lo que permitió reconstruir el proceso histórico por la cual ha transcurrido la vida campesina de esta zona, particularmente el establecimiento de la hacienda y feudatarios pasando por el sistema cooperativo y asociativo, para imponerse el establecimiento de la pequeña propiedad individual y la familiar con la persistencia del sistema del condominio.

3 RESULTADOS

3.1 LA ENCOMIENDA Y LOS INDIOS TRIBUTARIOS

Antes del proceso del coloniaje las tierras arequipeñas, entre ellas la provincia de Caylloma⁴, fueron conquistadas por el inca Mayta Cápac y divididas en dos espacios diferenciados: Hanansaya y Urinsaya, sometiendo a los indios de ambos territorios al dominio incaico sin alterar su racionalidad productiva y sociocultural porque los beneficios de la explotación del trabajo revertían a la zona en la construcción y mejoramiento de la infraestructura agrícola (andenes, terrazas, caminos, puentes, etc.) o construcciones religiosas incaicas.

Con la llegada de los españoles, la conquista inició un proceso de sometimiento de la sociedad andina a la voracidad de la minería, trastocando la vocación y el sistema agrícola de los ayllus y comunidades campesinas de ese tiempo. «Fueron los conquistadores españoles [...] quienes finalmente destruyeron la particularidad del desarrollo de las culturas precolombinas; este proceso se realiza a partir de los años ochenta del siglo XVI, es decir desde la implantación de las reducciones toledanas en esta parte del virreinato del Perú» (Szykulski, 2010, p. 338). La exuberancia, equidad y reciprocidad fueron sustituidas por la dominación y explotación forzada con injusticia y sin piedad, emergen nuevos actores y formas de dominio sobre la tierra desde la antigua sociedad sur andina. Particularmente, la explotación de los territorios de los collaguas, base de lo que hoy es la provincia de Caylloma con su atractivo cañón del Colca en el departamento de Arequipa, bajo los designios de las encomiendas se inicia entre 1535 y 1545, se estableció una de las encomiendas más disputadas por los conquistadores ibéricos. Eran importantes los repartimientos de Yanque Collaguas, Lari Collaguas, y Cabanaconde con más de 3 000 tributarios (Flores-Galindo, 1977). Siete españoles encomenderos, entre pizarristas y almagristas, pelearon por la

⁴ Caylloma: Cuna de la cultura de los Collaguas, es una de las principales provincias de la zona alto andina de Arequipa donde se encuentra el Cañón del Colca y se puede apreciar el majestuoso vuelo del Cóndor; tiene 19 distritos 45,238 habitantes de los cuales cerca de 5,000 familias se dedican a la crianza de camélidos.

posesión de estos territorios durante diez años. ¿Cuáles eran los móviles?, claro está que no eran la sujeción y fidelidad a su Majestad de España, o el infausto recaudo de tributos ni diezmos, ni la católica y cristiana «evangelización», estaba de por medio un botín, el más rico e importante de los siete repartimientos de la zona, era la encomienda más poblada con 18 113 personas, el 37.23% de la población total (Renique, J. y Trelles, E. 2012).

Los recursos productivos distribuidos en distintos pisos y nichos ecológicos articulados, no estrictamente en los términos de los principios o postulados de J. Murra⁵, se extendían desde los valles de Camaná, Majes pasando por la Chimba, Tiabaya, Yanque hasta las alturas de Caylloma tenían la mayor riqueza de ganado (Málaga, 1977), estas condiciones les permitía tener la mayor cantidad de indios tributarios (más de 8 000). La calidad de los recursos les facilitó la licencia para imponer el tributo más alto, el cual era pagado en especie (productos agrícolas, ropa, ganado) y mano de obra gratuita que incluso algunos encomenderos alquilaban a otros españoles dedicados al comercio, el transporte o la artesanía como los obrajes que luego se combinaron con el trabajo de la mita de las minas de Potosí y Caylloma.

El pago que se les asignaba a los indígenas quedaba a los designios y libre voluntad de la conciencia del español. Este botín generó codicia por lo que, buscaron la propiedad y perpetuidad de estas encomiendas con derechos hereditarios, condiciones que no lograron razón por la cual se estableció una contradicción tensional entre encomenderos y la Corona española, generándose movimientos autonomistas, separatistas⁶, pero no pudieron con el poder absolutista y centralizado de España; además, internamente, los españoles que no usufructuaban las encomiendas no eran sus aliados por la dificultad de acceder a la explotación de la fuerza de trabajo indígena; por otro lado, los aventureros pobres que traficaban con los indios en las ciudades mineras estaban a la expectativa para convertirse en «soldados de fortuna» dispuestos a pescar a río revuelto (Manrique, 1985).

La estructura social, como dice Golte (1980) está determinada, después de los reyes y virreyes, por un conjunto de castas⁷ con poder económico y político y estaban constituidas por encomenderos, burócratas, españoles anónimos, y finalmente los aventureros. Por el lado, en los grupos sociales dominados se encontraban los indios tributarios con tierra, los forasteros y cimarrones sin tierra, todos ellos sujetos a la avaricia ilimitada de los españoles; cabe resaltar que entre ambos bloques sociales existía otra casta: la de los caciques, que en Caylloma llegaban a los 57 (Gómez, 1976). Se trataba

⁵ Un máximo control vertical de los pisos ecológicos: esto ha sido desestructurado producto de la política colonialista de España, especialmente con las reducciones; ahora las relaciones son de carácter mercantil a través del comercio y un intenso movimiento poblacional.

⁶ Como los hermanos Salcedo (españoles) en Puno.

⁷ Casta: grupo de españoles de un mismo linaje.

de un grupo privilegiado de indios serviles muy bien utilizados que se esgrimían como bisagra de la explotación de los españoles hacia los indios, aliados sirvientes encargados de ayudar al cobro de los tributos de indígenas que vivían en unidades domésticas dispersas; posteriormente, serían sometidos al sistema de las reducciones.

3.2 REDUCCIONES Y COMUNIDADES CAMPESINAS

Los reinos y señoríos de aymaras, quechuas, lupaqas, puquinas, pacajes, chichas, etc. estaban acostumbrados a una complementariedad ecológica, con complejos referentes y vínculos políticos, simbólicos y culturales, con bases politeístas y de poderes sobrenaturales, a una organización dual en mitades jerarquizadas Hanan (arriba) - Hurin (abajo) que definía la identidad de los grupos; y sin duda alguna, la conquista provocó un nuevo ordenamiento espacial e institucional porque desestructuraron las antiguas confederaciones, sus referentes naturales, económicos y culturales (Jurado, 2004). La década de 1560 es el espacio o punto de inflexión entre ambos, cuyo artífice principal será el virrey Toledo. Para garantizar el sistema centralizado y absolutista del gobierno, el efectivo cobro de los tributos indígenas, y facilitar el proceso de evangelización, se establece la política de las reducciones, que jugaron un rol preponderante en la desestructuración de la antigua sociedad andina; se procedió a congregarse a los indios en lugares estratégicos, formando núcleos urbanos o centros poblados concebidos a la usanza europea, 24 pueblos del valle del Colca fueron sometidos a este sistema, los caciques y curacas tuvieron que brindar su apoyo para no perder sus privilegios (Málaga, 1977). En definitiva, se trató de un acto violento ya que se establecía un plazo determinado a partir del cual a los que no obedecían se les castigaba y se destruía ídolos, huacas, se incendiaban chozas.

La retracción agraria se vio duramente afectada debido a causas de tipo medioambiental, pero sobre todo culturales. Estas últimas se han analizado aquí en relación al abandono de los cultivos y de las infraestructuras agro-hidráulicas, lo que se explica en el obligado absentismo causado en el ámbito de las reducciones coloniales y en la pérdida de los valores comunitarios sobre los que descansaba el sistema de producción tradicional. Por otro lado, los cambios asociados a las innovaciones en los cultivos y en los procedimientos tecnológicos, tuvieron efectos desestabilizadores en el agro sistema de carácter transitorio [...] se desbarató la red hidráulica preexistente (Cañedo-Argüelles, 1995); asimismo, los propios españoles introdujeron enfermedades como la escarlatina, viruela, gripe, etc. Después de 20 años, las reducciones de los collaguas habían sido abandonadas y muchos indígenas volvieron a su lugar de origen, especialmente los de la zona alpaquera.

La Iglesia católica jugó un rol protagónico con la fundación de las parroquias para cumplir su tarea de evangelización; por otro lado, en 1570 el virrey Toledo creó las escuelas para la instrucción de la élite indígena (Manrique, 1985), la evangelización, vestimenta, idioma, escritura, artes, y otros elementos culturales hispanos fueron asimilados particularmente por la fracción dominante de los curacas indígenas; esta estrategia les permitía a los españoles acceder a los beneficios del mundo conquistado y garantizar la opresión colonial.

Con esta imposición violenta, a pesar de la explotación lapidaria, sus gestores no lograron imponerse con los pretendidos esquemas ideales. Los indígenas tuvieron que resistir a los conquistadores esa oposición fue militar, como el acto de Manco Inca, Takionkoy; y también cultural, al asimilar y recrear nuevas condiciones que les permitiría proteger su cultura y seguir viviendo.

Producto de las reducciones se formaron los pueblos y las comunidades campesinas que sincréticamente asociaron la tradición solidaria de los ayllus, luego estas comunidades se convertirían en los principales núcleos biológicos, sociales y políticos no solo de recuperación demográfica, de resistencia y recreación de nuevas condiciones sociales sino también de acción política para organizarse democráticamente y buscar nuevas oportunidades y formas de vida. Zeballos E., (2009).

3.3 LOS MITAYOS DEL COLCA

Todos los que refieren la mita en la Colonia, coinciden en calificarla como sistema bárbaro y desalmado, la voracidad trascendió el sentido humano, católico y cristiano para el exterminio de la población indígena hasta agotar las reservas de las minas; se inició después de haberse descubierto el centro minero de Potosí (Bolivia) en 1545. Los indígenas de Caylloma en esta primera centuria de explotación minera tuvieron mejor suerte que los indígenas del Cuzco y Puno, por estar más alejados del centro minero, pero de todas maneras el proceso de comercialización, de los vinos, piscos, pescado, etc., de los valles costeros de Arequipa hacia el centro minero de Potosí estuvo acompañado del tráfico español de indios para las mitas. Las cosas cambiaron para los indios collaguas cuando los hermanos Gamero, vecinos de Pampa Colca, en 1626, descubren el asiento minero de Caylloma porque los españoles rápidamente se trasladaron a ocho leguas de las minas en el actual pueblo de Caylloma. Ahí se establecieron dos sectores diferenciados, el de los indios y el de los españoles, cada uno con su propia iglesia y sus respectivos curas. A fines del siglo XVIII, en Arequipa, se registraban 91 asentamientos mineros, 55 minas y 649 trabajadores⁸; y para el año de 1790, la operación de 36 minas y 21 trapiches en Caylloma con una Caja Real en el floreciente poblado de Yanque.

⁸ Referencias de Alberto Flores Galindo con base en las fuentes de Jhon Fisher (1975).

La desestructuración, producto de la explotación mineras, tuvo como base la catástrofe demográfica o lo que también se suele llamar exterminio de la población. Entre 1572 y 1604, los tributarios disminuyeron de 8 000 a 1604, además en los 84 años siguientes tuvo una caída del orden del 67%, tal como lo refiere Cook (1978), y no se interrumpió hasta las primeras décadas del siglo XVIII⁹; fue tan grande el despoblamiento que, hasta 1720 cuando se limitó la mita, la provincia estaba desolada al extremo que se procedió a traer mitayos de otras provincias, de exportadora de fuerza de trabajo se convirtió en importadora.

La disminución de la población estaba asociada a una serie de causales; la primera y evidente era el trabajo en las mitas de Caylloma, los indios del Colca eran reclutados para ser llevados a los socavones sin retorno, llegaban enfermos («azogados» y deslomados), otros indios no migraron sino que huyeron de la zona hacia los valles, abandonando sus tierras para convertirse en indios forasteros; a ello se sumó la proliferación de enfermedades incluso, como refiere en sus memorias el padre Barriga (1939), muchas mujeres madres indias al ser víctimas del arrebato de sus esposos e hijos varones prefirieron recurrir al infanticidio masculino de los recién nacidos, para evitar el sufrimiento de ambos.

Después de 1720, se inicia un proceso de recuperación de la población, la mita pasa a un segundo plano, pero no desaparece, se recurre a los jornaleros e indios alquileros, estableciéndose en Caylloma más de un millar de jornaleros y 106 Mitayos, o sea que, de cada 10 u 11 jornaleros había un mitayo, el pago del jornal era en dinero y especie (dos reales en dinero y especie, dos reales en dinero y dos en coca). Algunos españoles que tenían indios a su servicio en el valle y la ciudad de Arequipa, les era rentable alquilarlos para el trabajo en las minas de Caylloma, Arcata u Orcopampa, que también se sumaron a la explotación.

La producción minera como cualquier recurso agotable pasa por distintos ciclos de expansión o crisis, los mejores años fueron los 20 primeros y los peores entre 1711 y 1720, lo que coincide con la reducción extrema de la población, luego siguieron ciclos de recuperación simple y la etapa de mayor expansión entre 1780-1789. Coyuntura en que aparece la insurrección tupamarista, cuyas tropas visitaron la zona, esto originó desórdenes y crisis en la minería; las Cajas Reales que se habían establecido en Caylloma, en 1636, en el pueblo de Yanque y que facilitaban la oportuna provisión de azogue a todos los mineros españoles fueron trasladadas a la ciudad de Arequipa, perjudicando principalmente a los medianos y pequeños mineros españoles.

El sistema tributario, la explotación minera colonial, el trabajo en los obrajes, generaron una estructura social donde, a los encomenderos, se sumaron los mineros (grandes, medianos y pequeños), los comerciantes españoles, los burócratas, los aventureros traficantes de indios; por el lado de los indígenas aparecen los mitayos, los jornaleros o indios alquileros. Entre estos

⁹ Los trabajos de David Cook, 1978, M, Trelles 1977 son exhaustivos en el tratamiento demográfico de Caylloma.

dos grupos estarán siempre presentes los caciques que, además de garantizar el tributo, participan en la leva de los mitayos en su condición preferencial y aprovechando la protección del poder político se apropiaron de las tierras de los indios muertos en la mitas o de los que huyeron del lugar; según Spalding, estos caciques habían logrado no solo hacerse de tierras sino también de otras propiedades como molinos, pequeñas manufacturas textiles, vacas, mulas que les permitían el arrieraje. Con el servicio de esta élite indígena, los españoles tenían garantizado su sistema de dominación y explotación, evidentemente en algún momento con el sistema de reparto esa relación tenía que resquebrajarse en contra de los españoles. A partir de ese momento, la minería no se volvería a recuperar hasta inicios del siglo XX, será primero el capital monopólico inglés que, en 1900, a través de la Compañía Silver Mining Company Limited retomará la explotación; luego, en 1967, se hace presente una Compañía norteamericana denominada Homestake, estableciéndose la explotación oficial en 1972.

Actualmente, en Caylloma operan más de 4 mineras importantes, entre las que destacan la Cía. Bateas S.A.C., Ares del grupo Hochschild Nining PLC, la empresa Buenaventura, sujetas a nuevas normas de explotación y convivencia con la comunidad, donde la historia de la «mita» es sustituida por responsabilidad de los estudios de impacto ambiental y su respectiva licencia social, en el caso de Caylloma existen dificultades frente a la población.

3.4 REPARTOS Y PROTESTAS INDÍGENAS

Después de la caída de la minería que salvó a los indios vivientes de no seguir el camino de sus generaciones anteriores, se desplazaron los recursos a las actividades agropecuarias y se creó un nuevo mecanismo de explotación colonial: los repartimientos de efectos, cuyo nuevo artífice será el corregidor español, el funcionario más importante de las provincias del virreinato. Este podía obligar a la población campesina, con el poder que le había conferido la Corona española, a aceptar todo tipo de mercancías y exigir el pago de estos repartimientos de efectos utilizando los recursos policiales y judiciales a su disposición, es decir, un nuevo mecanismo compulsivo para colocar mercancías no deseadas (Manrique, 1985). Aquí aparecen los criollos, en estrecha colaboración con la Corona y la venta de los cargos.

Las mercancías que se distribuían en esta zona eran ropa y mulas, esto dio lugar a una apertura del mercado donde los indios tenían que vender la fuerza de trabajo para pagar las mercancías; con este sistema los caciques se convirtieron en víctimas de los corregidores porque eran los encargados de efectivizar el cobro de las mercancías (especialmente mulas), que por la fuerza se le entregaba al indígena, si no hacía efectivo el pago tenía que responder el cacique con sus bienes.

La etapa de los repartimientos dio lugar a un proceso de empobrecimiento indígena y acumulación de capital comercial, un período de inserción de la sociedad campesina e indígena en el circuito comercial y de rápido crecimiento de la producción minera, manufacturera y de las haciendas. El sistema del repartimiento fue más un intento para desarrollar las relaciones capitalistas que, a criterio de Golte (1980), un proyecto burgués dentro de las condiciones específicas del virreinato. Este proyecto utilizó la estructura colonial, aunque sin otorgarle mayores beneficios. El proyecto fracasó debido a las contradicciones internas, a la resistencia del poder colonial y a la de cuantos resultaban perjudicados por el proceso de acumulación y monopolio comercial. Este sistema generó protestas y rebeliones generalizadas impulsadas por los caciques durante toda la Colonia, Túpac Amaru es el que encara el liderazgo anticolonial más representativo, Caylloma participa de estas protestas y levantamientos tal como se registra en la Tabla 1.

Tabla 1. Levantamientos locales en Caylloma 1760 - 1779

Años	Lugar	Protestas y levantamientos
1760	Cabanaconde Caylloma	Contra el regidor "murieron 3000 indios (BNC 4129 98)
1766	Caylloma	Levantamiento contra el Corregidor:" ... los curas con lágrimas, sumisiones y dádivas, postrados de rodillas contuvieron a la gente
1769	Callalli	El corregidor Francisco Menathen es expulsado del pueblo durante el reparto, algunos meses más tarde, su teniente Pedro Sarnosa es perseguido y golpeado casi hasta la muerte cuando intentaba cobrar las cuentas del reparto (BNC 4129-61, 137, 166)
1769-1770	Caylloma	Movimiento que no registra motivo de protesta ° (O'Phelan 1976:75)
1773	Callalli Caylloma	Contra el corregidor Juan Antoni Méndez por el reparto de mulas (BNC 4129:30, 35, 4361.138.166.187, 198)
1775	Achoma Caylloma	Levantamiento contra el corregidor. Motivo: intento de encarcelar a los deudores del reparto (BNC 4129:62)
1777	Caylloma	Levantamiento luego de que el corregidor Juan A, Mende hirió al cacique durante el reparto (BNC 4142:21)

Nota, tomado de Golte (1980) y Manrique (1985)

Después de dos siglos los caciques optaron por unir a todos para luchar contra el gobierno colonial, los corregidores y los comerciantes limeños. Los grupos sociales, existentes en 1780, tenían un visible interés en transformar la organización socioeconómica virreinal. Los grupos sociales eran casta, por un lado, los corregidores, la burguesía comercial; por otro, los caciques, campesinos mestizos, pequeños propietarios agrícolas, comerciantes locales y provinciales (criollos y mestizos), pequeños obrajeros y agricultores y los propietarios mineros; todo este bloque asumió y lideró una política anticolonial, los caciques tenían buenas relaciones con los mestizos y criollos, comerciantes

y hacendados, eran sus aliados, también los sacerdotes quienes aparecieron como los protectores de los indios y el mesías prometido (Golte, 1980).

3.5 HACIENDAS REFORMA Y LOS CONDOMINIOS

Después de la Independencia del Perú, inaugurada la etapa republicana, las necesidades de la industria textil británica y las ventajas productivas de la zona andina con la producción de lanas y fibras dieron origen a otra etapa para el campesinado del sur andino. Los campesinos alpaqueros de la zona alta del Colca ingresan al circuito de comercialización de lanas y fibras, estableciéndose el ciclo lanero entre 1830-1919. Cobró importancia también la agricultura, paralelamente al decaimiento de la minería, los españoles se fueron retirando de Caylloma; sin embargo, un grupo optó por echar mano a las tierras y a los ganados, otros comerciantes e indios ya lo habían hecho antes, pero, como dijo un cónsul inglés, pocos fueron los blancos y mestizos que se quedaron en la zona y se dedicaron a la crianza de alpacas; otros logran convertirse en hacendados, como Mariano Apaza quien de ser un pequeño comerciante pasa a ser el más importante hacendado de Caylloma; los fundos que adquirió fueron: La Pulpera, Colca Huallata, Tarucamarca. Mariano Apaza Escarza logró concentrar 15 553 ha, su hijo Adrián Apaza Fuentes quedó como albacea en 1953 y adquirió el último fundo de Pullumayo (Gómez, J 1976). La expansión de la hacienda se inicia a partir de 1884, se consolidó después de la Primera Guerra Mundial, y culmina en 1953.

Los reportes del nacimiento de la hacienda en el altiplano se asocian a la expropiación violenta de la tierra de los comuneros y campesinos individuales; los abusos y agresiones fueron cotidianos por eso, la protesta y sublevación campesina e indígena contra los hacendados y gamonales fue tenaz y cruenta. La acción más expresiva tiene lugar en Puno, la sublevación de Rumi Maqui en 1915, mientras que en Caylloma no tuvo las mismas connotaciones ni se registran protestas organizadas como en el altiplano de Puno y Cuzco; lo cual no quiere decir que los Apaza no recurrieron a la acción violenta para despojar de sus tierras a los campesinos, como indica Gómez (1976) utilizaban una serie de mecanismos como la compra de tierras, previo préstamo de dinero para las fiestas y ceremoniales; el compadrazgo¹⁰; y si ello no surtía efecto favorable se recurría al asedio, el aburrimiento, hasta llegar a la agresión con sus mayordomos y sirvientes, buscando algunas veces los favores judiciales que no siempre estuvieron de su lado porque en uno de los enfrentamientos y agresión a la familia de Pantaleón Ampuero, propietario del fundo Achacota (Pusa Pusa), por la fuerza quisieron despojarlo a través de la acción de un mayordomo y del rodeante que quemaron su vivienda y destrozaron sus bienes.

¹⁰ Compadrazgo: No como un acto religioso y cristiano, sino como diría L. Larrissa; un acto diádico de compromiso entre dos personas que se van a servir o pagar reciprocamente con favores en especie, trabajo o dinero.

Ampuero (misti que no era gran hacendado, pero de alguna manera accedía a los favores políticos y judiciales) enjuició a Apaza, como consecuencia los dos sirvientes fueron a la cárcel y a Apaza «no pudieron» capturarlo para acompañar el mismo trance.

El sistema de hacienda estableció relaciones serviles de explotación, sin mayor conspiración y desobediencia, apoyados en el trabajo de los mayordomos, la acción paternal del compadrazgo con los propietarios mejor acomodados, así como con los «huacchilleros» (en aymara Wajcha) en contra de los campesinos pobres que eran el «peonaje»; no obstante, los terratenientes cayllominos no detentaron la raigambre feudalizante del Cuzco y Puno donde los hacendados, a través de las haciendas (institución dominante durante centurias) tampoco tuvieron la fuerza que les permitiera rebasar un ámbito local de influencia¹¹; por lo que, resulta difícil definir la frontera que separa a los mistis de los terratenientes. En 1968, producto de la Ley de Reforma Agraria (D.L. 171716) se afecta a las haciendas de los Apaza y se forman las SAIS Pusapusa (Caylloma), Kiska Sayrisum (Tisco) y las cooperativas de producción Colca Huallata (San Antonio de Chuca) y Pulpera (Callalli) con 14 783 cabezas de ganado mixto de propiedad del hacendado y 20 930 cabezas de ganado de los «huacchilleros» (Gómez, 1976).

Con este nuevo sistema de producción (con gerentes, socios, trabajadores asalariados y «huacchilleros» que poseían más del 50% de ganado) desde el Estado se intentó modernizar las relaciones de producción en las haciendas, en la condición de empresas asociativas y/o cooperativas, sin mayor éxito, más que la expulsión de los terratenientes y gamonales. Colonos, feudatarios y comuneros enfrentaron un nuevo proceso de reestructuración proponiendo las empresas comunales, pero finalmente se parcelaron como propietarios individuales y sin mayores éxitos; formalmente impulsaron la asociatividad empresarial. La única que subsiste es la empresa «La Pulpera».

Se retorna a la comercialización de lana (de oveja) y fibra (de alpaca). Arequipa, Puno y Cuzco tienen la hegemonía, son las regiones que articulan todos los circuitos y sistemas de comercialización; Caylloma, se articula a esa lógica. Se inicia el proceso de exportación de lanas y fibras al mercado internacional (Inglaterra) durante los primeros años de 1830, a partir de estos momentos serán los propios campesinos collaguas, en recuas de llamas, quienes se desplazan a los valles de la costa cargando lanas y fibras que comercializan a la entrada de Arequipa o en los Tambos¹² de la ciudad. Los alcanzadores y tamberos son los compradores pagan en especie (azúcar, pan, etc.) y/o dinero, luego negocian con las casas importadoras y exportadoras como la casa Rickets, Burga, M. y Reátegui, W. (1981).

¹¹ Los descendientes de Apaza decidieron adquirir bienes rústicos (chacras) en la campiña de Arequipa en el lugar denominado Zamácola.

¹² El Tambo es un antiguo alojamiento de paso para comerciantes y forasteros, función que ha sido sustituida por los hoteles.

El ferrocarril Arequipa-Puno inicia su construcción en 1870 y culmina en 1876, en este periodo se inaugura una segunda etapa en la comercialización de lanas y fibras. Caylloma se articula a través de la estación de Sumbay, ya que no se establecieron ferias como la de Tungasuca en Cuzco y Vilque en Puno (Flores-Galindo, 1977); aparecen como grupo social los «misticos» quienes se establecen en Chivay, Callalli y Caylloma llenando el vacío de poder que habían dejado los antiguos curacas y alcaldes de indios; será el comercio de fibra, el vehículo a través del cual lograrán acentuar su hegemonía económica para en adelante pugnar precariamente por la hegemonía política.

Después de 1930, las condiciones varían cuando, capitalistas ingleses en sociedad con comerciantes peruanos deciden establecer centros industriales textiles en Arequipa, crean las fábricas CLISA (1940), Lanificio del Perú (1941), Inca Tops (1965), Michell y Cía. (1970). Se constituye el capital industrial comercial monopólico cuyos representantes serán los Pattey, Corso, Sarfatty, Rickets quienes tendrán acciones en el Banco Latino y Banco del Sur (Salas, 1988) a ello se asocia la construcción de vías de comunicación como la carretera Arequipa-Chivay y Chivay-Cabanaconde (1930-1941).

Todas estas relaciones económicas y sociales determinaron una estructura social jerárquica con distintas redes de intermediación, que estará compuesta: en primer lugar, por pequeños productores y campesinos de comunidades, parcialidades y anexos; en segundo lugar, por comerciantes, alcanzadores, acopiadores, rescatistas; en tercer lugar, por agentes o representantes de firmas grandes ubicados en los pueblos y la ciudad; y finalmente, por el capital monopólico con sede en la ciudad y articulado al mercado externo de Inglaterra, Suiza, Italia, EE. UU., etc. Se establecen relaciones de intercambio desigual, en detrimento del campesinado, porque además de recibir bajos precios por la materia prima, la ganancia de los pequeños y grandes comerciantes e industriales, no será revertida al proceso productivo para modernizar y mejorar este tipo de economía.

A fines de 1940, al iniciarse la segunda mitad del presente siglo, iba quedando atrás la imagen del Perú con un área rural predominante, con el mayor producto bruto interno (PBI) 24% y una concentración poblacional que alcanza al 59% de la población económicamente activa (PEA), ya se mostraba un proceso de estancamiento relativo en relación a otros sectores; en Arequipa la industria y la minería van a dinamizar un nuevo proceso de desarrollo más urbano y costero.

Las estructuras sociales agrarias emergían «duales» y polarizadas; de un lado, latifundistas y hacendados serranos, enfrentados a campesinos serviles y semi serviles. Por otro lado, en la costa, asalariados y «yanacostas» contra el latifundista y hacendado costero. El centro de la disputa será la tierra; huelgas y movilizaciones campesinas precisan el orden

existente fundamentalmente en Puno y Cuzco; a pesar de las primeras reformas agrarias, el Estado no pueden evitar el nacimiento de las guerrillas de 1965 (Valcárcel, 1994).

Sin embargo, como se ha mencionado, en la zona alta de Arequipa se consolidó la hacienda de los Apaza (1953) sin el correlato social y político que se dio en los departamentos vecinos. Otros acontecimientos, de singular importancia, que imprimen un nuevo perfil a la sociedad peruana en general y a la rural en particular, son: los movimientos migratorios después de 1950; la reforma agraria de 1969 que da lugar al cambio de tenencia de la tierra; la ejecución del proyecto de la irrigación Majes; la explotación del centro minero Tintaya en el Cuzco, hechos que influyeron en la intensificación de la movilidad social, el grupo de los «mistis» inicia su retorno a la ciudad. Así, se desarrollaron nuevos núcleos alternos de migración y nuevos ámbitos económicos y de poder (Plaza, O. y Francke, M (1981). como Callalli-Chivay y fue el campesinado emergente quien ocupó estos espacios.

Hoy, asociado a ese pequeño sistema reformado (5% de población) sobre el cual no hubo presión ni asedio de comunidades ni parcialidades, los beneficiarios de la reforma agraria pugnan por convertirse en pequeños propietarios. Ahora, existe una sociedad de pequeños productores alpaqueros de estancia¹³ (Bolton et al., 2012), cerca de 5 000 familias que, de acuerdo al tipo de zona, poseen diferencialmente entre 70 y 200 alpacas, 30 y 70 llamas, 50 y 120 ovinos (ASDE; 190, 1993)

La forma social de producción que predomina en la zona es el **sistema de condominio** conocido también como multifamiliar o familiarista de producción por sectores (Nolte, E Huarcapuma, D, 1990); donde desde dos hasta ocho familias hereditarias poseen un territorio en copropiedad de 200 a 800 hectáreas de pastos naturales con linderos difusos y rebaños de propiedad individual que juntan para criarlos. La administración del condominio está a cargo de uno de los familiares elegidos por los copropietarios quien asume la representación de todos o caso contrario contratan pastores (Gonzales, 1993). La base social de este sistema se determina por los niveles de parentesco bajo el criterio de cooperación y autodefensa, y de acuerdo a la posición profesional u ocupacional de cada heredero se pugna por tener la mayor cantidad de ganado en la estancia, ello no se prohíbe, por lo que aparecen los campesinos pobres y acomodados, diferenciación social que imprime relaciones de pugna y dominio interno.

El condominio es un sistema de tenencia de la tierra que se da de manera particular en todo el sistema de las economías de crianza de camélidos del Sur del Perú, en algunas

¹³ Estancia es un grupo de edificaciones con un patrón de construcción de habitaciones alrededor de un patio principal y contiguamente rodeada de corrales; se ubican estratégicamente junto a los riachuelos y manantiales en ecosistemas templados. Es la residencia principal y permanente donde moran las familias con la mayor parte de sus pertenencias, en vecindad distante con otro pariente o familiar consanguíneo. Las cabañas son construcciones rústicas con habitaciones aisladas y de ocupación ocasional, ubicadas al lado de los corrales de los ahijaderos, construidas con material rústico (piedra y barro) con techo de paja.

zonas tiene mayor presencia que otros. Los últimos estudios de DESCOSUR (2016), dan cuenta de la persistencia del sistema de condominio en Arequipa y Puno tal como podemos apreciar en la Tabla 2.

Tabla 2. Tipo de tenencia de los predios de las comunidades altoandinas de Puno y Arequipa (ha)

Departamento	AREQUIPA			PUNO		Total ha	%
	San Antonio de Chuca	San Juan de Tarucani	Yanque	Santa Lucía	Paratía		
Tipo de tenencia							
En condominio	27 409	665	23 725	15 654	5 976	73 429	40
Propiedad individual	11 795	2 283	10 585	33 997	12 257	70 917	38
Propiedad comunal	3 878	18 962	200	8 372	1 794	33 206	18
En arriendo	2 030	0	1 600	346	3 818	7 794	4
Área total de los predios (ha)	45 112	21 910	36 110	58 369	23 928	185 429	100%
Familias encuestadas	125	119	111	211	143	709	

Nota, DESCOSUR: desarrollo sostenible de las familias de pequeños agricultores y ganaderos de las comunidades alto andinas del sur del Perú, 2016.

Como se aprecia, en términos generales, el sistema de tenencia que predomina es el condominio con el 40%, que va casi a la par con la tenencia de propiedad individual del 38%, persistiendo solo el 18% de tenencia como comunidad campesina. Si se observan los datos desagregados se encuentran distritos y comunidades que no llegan ni al 1% de tierra en sistema de condómino, como es el caso de San Juan de Tarucani; sin embargo, el distrito de San Antonio de Chuca, también en Arequipa, se acerca al 38% de tenencia por condominio. En el caso de Puno, entre Santa Lucía y Paratía, también existen contrastes parecidos con distancias que van entre el 8% y el 21%. Como se puede apreciar, no todas las comunidades y localidades tienen altas proporciones de condominio; sin embargo, sigue teniendo preponderancia significativa que merece atención y profundización para determinar el escenario tendencial que aparentemente se constituye en «una traba» para impulsar el mejoramiento de este sector. Este sistema hereditario, de propiedad y usufructo comunal-familiarista, (unifamiliar y multifamiliar) Las razones de su existencia de éste condominio, esta determinado por:

- Compartir los pastizales de la estancia por ser la única unidad productiva que dispone la familia que se incrementa todos los años
- Organizar un manejo rotativo de los pastos según la capacidad y la necesidad de la familia
- Mantener la unidad familiar entre padres y descendientes
- Practicar la solidaridad, la cooperación y el apoyo mutuo. familiar interfamiliar y comunal

- Razones de seguridad, apoyarse para enfrentar el abigeato y el bienestar familiar
- Hoy con la fiebre del extractivismo y las explotaciones mineras, han dinamizado la movilidad y proceso de negociación familiar y confrontación con la comunidad

Los condominios, con una diversidad de ecosistemas y la propia diferenciación social interna, limita las posibilidades de la división y también del monopolio; indivisibles entre hermanos, la tierra «es de todos» pero al mismo tiempo «de ninguno» porque no pueden disponerla a nombre propio, solo pueden pastar sus animales en la estancia heredada, es un bien familiar que genera confrontaciones permanentes que dificulta la implementación de la organización asociativa empresarial. El usufructo asimétrico no muy bien regulado está dando lugar a una sobrecarga de pastoreo y a un proceso de erosión de los suelos y pastizales, que se agudiza por la escasez de agua y el cambio climático. (Zeballos E: 2009)

En el sector de comunidades y parcialidades los descendientes de las últimas generaciones que participan del condominio según las expresiones de Gedil Choque, miembro de una familia de seis hermanos comenta, en entrevista, que gran parte de descendientes derivan en un éxodo, porque sus padres no poseían grandes propiedades determinadas, solo tuvieron acceso al pastoreo. Los nietos o hijos de los hijos debían vivir a expensas de lo que criaba el padre o de la pequeña cuota del hatu cedida por el padre, y por ser generalmente pequeña resultaba indivisible; por lo que, no les quedaba otra alternativa que, como en el caso de Gedil y otros, salir y buscar nuevas oportunidades en las municipalidades locales, instituciones donde los acogían como mano de obra semi y no calificada en las distintas obras y proyectos de desarrollo local implementados por las alcaldías con cuyas autoridades en muchos casos tenían vínculos familiares, de compadrazgo o vecindad muy cercana.

Esta nueva sociedad de campesinos, sin curacas, encomenderos, hacendados, ni «mistis», son productores pobres¹⁴ que tuvieron sus propios dirigentes y representantes, eligen sus autoridades, propugnan la creación de distintas organizaciones no solo para la producción sino también asociaciones gremiales para la defensa, como la Asociación de Criadores Alpaqueros de Caylloma (ADECAL) que, desde 1985 (DESCOSUR, 1985a), asume un rol muy importante en la organización movilización y capacitación campesina; luego ADECAL entró en crisis, aunque se fundan otras organizaciones locales y zonales que nuevamente centralizan y reeditan un gremio mayor parecido a ADECAL como ALPACAY (Asociación de Alpaqueros de Caylloma) y la Asociación de vicuñeros, con un sistema de autoridades a través de las cuales los campesinos tratan de encontrar nuevos espacios de

¹⁴ Según el mapa de pobreza del Banco Central de Reserva están consideradas dentro del grupo social de pobreza crítica.

socialización, de identidad y de coordinación para formar o fortalecer organizaciones de base y una institucionalidad distinta donde los gobiernos locales juegan un rol protagónico a pesar de los vicios y dificultades por los que atraviesan, tratan de mantener su subsistencia y construir la democracia interna, pero hay poderes exógenos como los comerciantes, monopolios y el propio Estado que articulan nuevas formas de clientela, dominio y explotación a las cuales tienen que enfrentar (DESCOSUR, 1991 b). El 28 de mayo del 2003 se promulga la nueva Ley de Municipalidades (Ley N° 27972) que da inicio al proceso de municipalización de la sociedad rural, los gobiernos locales pasan a tener responsabilidades mayores con el desarrollo local, los municipios cuentan con presupuestos para obras de desarrollo integral por lo que, se convierten en una atractiva institución para su gobernabilidad ya que los cargos municipales son los más disputados. La comunidad y sus autoridades han cedido la hegemonía política a estas municipalidades que se asientan en las principales localidades desde las cuales se organiza la vida social y política, articulan los presupuestos participativos en los cuales se registra el apoyo a los criadores de camélidos, particularmente en obras de servicios (educación, salud, saneamiento). La reconversión tecnológica en este sector tiene la dificultad del condominio.

Finalmente, a raíz de la ejecución de la segunda etapa de la irrigación Majes-Siguas (Majes II) esta debe concretarse con la construcción de la represa denominada Angostura, que queda en las pampas de Pusa Pusa en Caylloma. Estas pampas, que antes de 1969 pertenecían a la hacienda de la familia Apaza, producto de la reforma agraria (1969) se convirtieron en la SAIS Pusa Pusa y Tarucamarca en un área de 5 000 ha, hoy estas tierras están parceladas en fundos individuales donde las propiedades oscilan entre 50 y 300 ha. Los que eran socios de la SAIS, se convirtieron en pequeños y medianos propietarios y forman una asociación con carácter empresarial. De los 77 propietarios más del 50% se ven afectados por la construcción de la represa de Angostura, para irrigar Majes II, por negociaciones entre los propietarios y los funcionarios de Autoridad Autónoma de Majes (AUTODEMA) y del Gobierno Regional de Arequipa, estos deben ser compensados con la adjudicación de una parcela en la irrigación de Majes I. Este problema continúa en litigio, pero la represa y la irrigación deben concretarse.

La preocupación justa de este sector que deviene del proceso de restructuración de la reforma agraria es ¿Cuál es el trance o escenario tendencial de estos campesinos ganaderos? de acuerdo a la afirmación de los dirigentes locales, existen por lo menos entre tres a cuatro familias en cada unidad productiva que son herederos usufructúan cada uno con el pastoreo de su respectivo hato ganadero de distinto tamaño de acuerdo a su comodidad y posibilidad económica, pero sin lugar a dudas el trance es el mismo sistema de

condominio de las estancias de las comunidades y parcialidades, con las particularidades de acuerdo a cada sector.

4 PROPOSICIONES FINALES

1. Las provincias altas del departamento de Arequipa se caracterizan por presentar una economía campesina de pequeños productores de comunidades campesinas, parcialidades, anexos y localidades rurales de limitados recursos y condiciones técnico-productivas asentadas en dos zonas o ecosistemas diferenciados: la zona alto andina por encima de los 3 500 m s.n.m. con una agricultura de pastos naturales y de secano apta para la crianza de camélidos sudamericanos y la producción de lanas y fibras; y la zona interandina por debajo de los 3 500 m s.n.m. con una agricultura minifundista de riego dedicados al cultivo de tubérculos, cereales y la crianza de vacunos, ovinos y animales menores. En ambas zonas, coexisten el sistema de tenencia o propiedad y uso de la tierra familiar en condominio con la propiedad individual privada y de manera limitada la propiedad comunal. La hegemonía de cada una de ellas varía de acuerdo a cada una de las zonas y localidades.

2. En la zona altoandina, las unidades de producción agraria, a partir del asentamiento y dominio de los conquistadores españoles que trastocaron el antiguo régimen, han pasado por distintas formas de tenencia, propiedad, uso y explotación de los recursos naturales y productivos; desde las encomiendas y repartimientos con su respectiva base tributaria en la Colonia, la hacienda republicana en conflicto y a expensas de la comunidad campesina y el sistema cooperativo reformado que termina con la parcelación individual y familiar de los feudatarios manteniendo el antiguo sistema de condominio.

3. La conquista española altera la racionalidad económica, socio cultural y política del antiguo régimen hereditario del sistema incaico; en el caso de Arequipa, fueron los collaguas agricultores y ganaderos a quienes, de manera abrupta y violenta, se les impone la mita, las encomiendas y luego los repartimientos. La vocación por la minería (en Caylloma) implementó la feroz leva y reclutamiento forzado de los indios y la formación de las encomiendas acompañada de las reducciones con el reparto y disputa de territorios entre pizarristas y almagristas para la implementación del pago de los tributos a libre albedrío y conciencia de los españoles. Posteriormente, se instala el reparto y apropiación de las tierras que dio lugar al nacimiento de la hacienda, que no fue tan próspera como en Puno y Cuzco. La única hacienda que logró consolidar el comerciante Mariano Apaza, fue intervenida por el proceso de reforma agraria en 1969 y se formaron cuatro empresas asociativas que también se reestructuraron y disolvieron, convirtiéndose estos territorios en pequeños y medianos

propietarios individuales adscritos a comunidades, parcialidades y anexos donde predomina la propiedad individual y el familiarismo comunitario del condominio.

4. Entre el 30% y 40% de estancieros de las zonas altoandinas de Arequipa, conducen sus tierras bajo el sistema del condominio familiar hereditario, lo que obliga a los hijos a usufructuar cuotas de un pastoreo asimétrico y sobredimensionado de las tierras, agudizado por las condiciones de escasez de agua y el cambio climático. La prevalencia del condominio con un sistema familiar hereditario indivisible de la propiedad de la tierra, además de limitar un mercado de tierras, agudiza el proceso erosivo de las praderas y el proceso de reconversión tecnológica en el mejoramiento de pastos y desarrollo genético de la crianza pecuaria; por otro lado, mantiene una tensión de confrontación familiar interno y también con las empresas mineras y el propio Estado frente a la política de las represas y las irrigaciones.

5. La agudización del condominio también genera lo que se puede llamar el nuevo éxodo rural; los hijos de las familias que están en uso del condominio, no pueden transferir ningún derecho, ni siquiera una fracción de cuota de pastoreo, por lo que deben salir de la comunidad a buscar otras oportunidades en el municipio local, en la ciudad o en los asientos mineros informales, quedando las familias de tercera edad o de edad muy avanzada. En ese proceso conflictivo, frente a una unidad familiar indivisible y nuevas oportunidades en el entorno o en la ciudad, aparecen algunos emprendedores aprovechando el mercado de tierras y las limitadas y conflictivas condiciones del sistema de condominio tratando de reconcentrar la tierra de las estancias, por parte de uno de los herederos que con capacidad adquisitiva puede comprar derechos familiares de propiedad.

BIBLIOGRAFÍA

Acción Social y Desarrollo [ASDE]. (1990a). *Sistema de producción alpaquera de la comunidad de Quenco*, Cala Cala-Caylloma. Acción Social y Desarrollo [ASDE].

Acción Social y Desarrollo [ASDE]. (1993b). *Diagnóstico socio-económico de la zona alta de Caylloma*. Acción Social y Desarrollo [ASDE].

Barriga, V. (1939a). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo I)*. Editorial La Colmena.

Barriga, V. (1940b). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo II)*. Editorial La Colmena.

Barriga, V. (1955c). *Documentos para la Historia de Arequipa (Tomo III)*. Editorial La Colmena.

Benavides, M. (1984). *Reseña Histórica de Yanque 1689-1731* [Primer Congreso de investigación Histórica, Lima].

Bolton, R., Flores, J. y Calvin, L. (2012). *Alpacas y cuyes en la etnografía Andina*. Editorial Horizonte.

- Burga, M. y Reátegui, W. (1981). *Lanas y capital mercantil en el Sur: (La casa Ricketts 1895-1935)*. Editorial IEP.
- Cabanellas, G. (1979). *Diccionario Enciclopédico de Derecho Usual, Tomo II: C-D*. 14ª. edición. Heliasta.
- Cañedo-Argüelles, T. (1995). Las reducciones indígenas en el sur andino: estrategias de producción y sus efectos en el medio ambiente. *Revista Complutense de historia de América*, (21), 123-140.
- Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO]. (1985a). *Alpaqueros de Caylloma: problemas y alternativas comisión organizadora de criadores de alpaca de la provincia de Caylloma*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO]. (1991b). *Sistematización de una experiencia de promoción campesina en el valle del Colca: 1985- 995*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- [DESCO]. 1994 Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo. *Diagnóstico de la Micro Cuenca Colca*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo.
- DESCOSUR: *desarrollo sostenible de las familias de pequeños agricultores y ganaderos de las comunidades alto anadinas del sur del Perú, 2016*.
- Cook, G. (1976). Los kurakas de los Collaguas: poder político y poder económico. *Historia y Cultura*, (10), 95-118.
- Cook, D. (1978). La población de la parroquia de Yanahuara 1738-47; un modelo para el estudio de las parroquias coloniales peruanas. *Revista de Historia*, (11).
- Congreso de la República del Perú (2003, 28 de mayo) Ley Orgánica de Municipalidades. Diario Oficial El Peruano.
- Flores-Galindo, A. (1977). *Arequipa y Sur Andino siglos XVIII-XX*. Horizonte.
- Flores O, J. (1977). *Pastores de Puna*. Instituto de Estudio Peruanos; Lima -Perú.
- Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola [FIDA]. (1990). *Informe: 0258-BO Proyecto regional de desarrollo de Camélidos Sudamericanos*. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola [FIDA].
- Golte, J. (1980). *Repartos y Rebeliones*. Editorial IEP.
- Gómez, J. (1976). *Reforma agraria y campesinado en Caylloma*. Cooperativa Editorial Universitaria.
- Gonzales, M. (1993). *Transferencia de Tecnología, conservación mejoramiento en alpacas*. MIMEOG.
- Huarcapuma D (1990) *Sistema de pastoreo de camélidos en Condorama*, Editorial Coordinadora Inter-Institucional del sector Alpaquero Cusco-Perú.
- Instituto Nacional de Estadística e Informática [INEI]. (2012). IV Censo Nacional Agropecuario 2012.
- Jurado, C. (2004). Las reducciones toledanas a pueblos de indios: aproximación a un conflicto. El repartimiento de Macha (Charcas) siglo VXI. *Cahiers des Amériques latines*, (47), 123-137.
- Manrique, N. (1985a). *Organización social de las comunidades campesinas*. Editorial CCTA.
- Manrique, N. (1985b). *Colonialismo y Pobreza Campesina. Caylloma y el valle del Colca siglos XVI-XX*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].

- Neira, M. (1961). Los Collaguas [Trabajo de grado, doctorado en]. Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa.
- Nolte, E. (1990). *Tecnología y Cultura en la Producción Alpaquera*. Editorial CISA/PAL.
- Pease, F. (1977). *Collaguas I (Una etnia del siglo XVII)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Plaza, O. y Francke, M (1981). *Formas de dominio Economía y comunidades campesinas*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo [DESCO].
- Proyecto CECI-CEDCAP/PAL-COTESU, (1990) Claverias, R., Leyva V. y otros. *Problemática del sector alpaquero*. Editorial CEDCAP-CECI.
- Renique, J. y Trelles, E. (2012). *Aproximaciones demográficas, Yanque-Collaguas, 1591. En Robinson, D. (Ed.). Collaguas I. Visitas de Yanque-Collaguas, 1591 y documentos asociados (pp. 115-130)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Salas, P. (1989). *La industria textil alpaquera en Arequipa* [Trabajo de grado, bachiller en Sociología]. Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa.
- Szykuluski, J. (2010). *Pre historia del sur del Perú (costa extremo sur)*. Editorial de la Municipalidad Provincial de Arequipa.
- Toro, O; Marquian, R m Novoa C, 2001, Crianza de camélidos andinos y desarrollo rural, Editores, DESCO.
- Valcárcel, M. (1995). *Sociedad rural y agricultura en el Perú 1950-1994 (En Perú frente al Siglo XXI)*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Zeballos, E, (2009), *Paqocheros, alpaqueros de Arequipa, Edit. Unas, 2009.*

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actitudes 217, 218, 219, 220, 226, 227, 249
Agricultura familiar 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 209
Arabia Saudí 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239
Artefactos 252, 254, 258
Artefactos calentados 252

C

Caçara 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188
Canção 173, 185
Características da Tarefa 260, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 277
Ciudad neoliberal 158, 161, 169, 170, 171
Comunitario 75, 183, 189, 194, 195
Condiciones de producción 18, 20, 22, 26, 28, 92
Condominio 57, 59, 60, 70, 71, 72, 73, 74, 75
Conflicto socioambiental 90, 96
Conservadores 234, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249
Cuestión agraria 30, 32, 34, 39, 55
Cultivos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 26, 44, 50, 52, 62, 127

D

Datación 251, 252, 253, 254, 257, 258
Desarrollo 3, 4, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 46, 49, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 96, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 160, 161, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 247
Desarrollo rural 30, 31, 56, 77, 124
Desenho do trabalho 261, 263, 275, 278
Distrito Industrial 138, 139, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 156

E

Economía agrícola 30, 31
Educación Ambiental 172, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227
Energía solar 105, 108, 109

Espacio público 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 169, 170

Estancieros 57, 75

Extractivismo 18, 19, 28, 72, 90

Extractivismo sojero 18

F

Fatores Locacionais 138

Frente Popular 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Fuentes renovables de energía 104, 105, 106, 107, 110, 114, 116

Fuerzas productivas 18, 19, 20, 55

G

Generación distribuida 105, 112, 115

Geografía urbana 158, 159, 161, 166, 170

Gestión energética sostenible 105

Gestores 63, 79, 80, 107, 171, 172, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278

H

História 16, 17, 57, 59, 65, 75, 76, 77, 101, 103, 119, 129, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 195, 198, 199, 203, 206, 208, 211, 228, 241, 242, 249, 250, 258

Historia de Chile 241

Historia Local 241, 242, 250

I

Impacto ecológico 201

Ingeniería genética 18, 19, 25

Instituições 79, 84, 85, 86, 87, 88, 174

Irán 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

L

Liberación 98, 189, 191, 232

M

Mata atlântica 173, 174, 185, 187

Medio ambiente 13, 15, 20, 58, 76, 97, 105, 107, 123, 128, 129, 131, 136, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

N

Nossa Senhora do Socorro 138, 139, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Nueva agricultura 1, 11, 12, 15

O

Ordenamiento Territorial Urbano 117

Organización 34, 37, 38, 39, 43, 47, 49, 50, 52, 53, 56, 62, 66, 72, 76, 93, 101, 106, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 162, 166, 189, 192, 195, 230, 232

Oriente Medio 228, 230, 231, 234, 238, 239

OSL 252, 255, 257, 258

P

Paraguay 18, 19, 20, 23, 27, 29

Participación 34, 36, 44, 59, 99, 119, 121, 125, 126, 129, 160, 162, 165, 172, 193, 194, 217, 226

Patrimonio biocultural 90, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103

Plan Estratégico 117, 124, 129, 131, 132, 135, 162, 163, 172

Poderes públicos 117, 118, 163, 170

Política Pública 79, 86, 126, 146

Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional 138, 139

Povo Truká 201, 208, 209, 210, 211

Primavera Árabe 228, 229, 234, 235, 238, 240

Projeto de Transposição 201, 210

Proprietarios 21, 24, 32, 36, 49, 50, 57, 59, 66, 68, 70, 73, 75, 91

R

Reforma agraria 30, 31, 32, 33, 37, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 68, 70, 73, 74, 76, 82, 88, 91

Regadíos 1, 3, 8, 17

Rio São Francisco 201, 203, 204, 208, 212, 213

S

Seguridad/inseguridad urbana 158

Siria 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Sostenibilidad 1, 15, 16, 17, 22, 106, 107, 115, 220, 226

Superficie agraria 1

T

Territorio 4, 8, 19, 54, 70, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 154, 162, 165, 170, 174, 177, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 190, 194, 195, 198, 210, 215, 233, 237, 258

U

Universitarios 217, 221, 226, 227

V

Verdad 189, 191, 193, 196, 198

Violação de direitos 201

W

Wirikuta 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103

X

Xochicalco 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102



**EDITORA
ARTEMIS**